

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO – UM POUCO DE HISTÓRIA PARA SE COMPREENDER O PRESENTE

Alves da Rocha
Professor Associado da Universidade Católica de Angola
alvesdarocha.ucan@gmail.com

A Ajuda ao Desenvolvimento é uma ideia relativamente nova, pois até à 2ª guerra mundial a doutrina prevalecente era a da auto - suficiência das colónias, sem subsídios da metrópole, salvo alguns empréstimos para trabalhos de infraestruturas (portos e caminhos-de-ferro).

A APD não nasce senão após a finalização do segundo conflito armado mundial, com o PLANO MARSHALL de reconstrução da Europa e devido à queda dos impérios coloniais que então se iniciava, com a Índia e o Paquistão a darem o tom e a dinâmica.

É neste tempo que a doutrina de apoio financeiro às colónias se altera, passando, então, as metrópoles a assumirem a responsabilidade directa pelas despesas públicas das suas colónias (despesas de soberania). Aparecem, inclusive, instituições financeiras específicas, cuja vocação é a de apoio material directo às possessões do ultramar.

Após 1950, a intervenção destes organismos, em particular em África, torna-se crescentemente importante, nomeadamente pelo apoio financeiro aos planos de desenvolvimento que as metrópoles coloniais começaram a elaborar e a implementar. Este apoio financeiro passou a assumir duas modalidades, uma de donativos puros e outra de empréstimos a muito longo prazo em condições suaves. Inclusivamente a recém constituída Organização das Nações Unidas (1948) cria, em 1949, um " programa alargado de assistência técnica em vista do desenvolvimento económico dos países insuficientemente desenvolvidos " que é o ancestral directo do actual PNUD. Mesmo países que não tinham tido possessões coloniais se apresentaram a constituir fundos especiais de auxílio ao subdesenvolvimento, como os Estados Unidos, que em 1950 se decidiram por uma ajuda significativa aos países asiáticos recém - independentes como a Índia, o Paquistão e a Coreia do Sul.

Mas a grande mudança no perfil e na natureza destas ajudas, bem assim como no seu volume, acontece apenas no dealbar dos anos 60, com as independências concedidas pela França e pela Inglaterra aos seus territórios ultramarinos. O PNUD toma uma dimensão nunca tida no passado e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial), criado com a específica missão de ajudar a reconstrução económica duma Europa devastada pela guerra (o seu primeiro empréstimo foi concedido à França), começa a interessar-se pelos então chamados países subdesenvolvidos. Paralelamente a esta evolução, os Estados Unidos começam a diversificar a sua ajuda, até então muito dirigida e concentrada na Ásia, enquanto outros países aparecem em cena, uns que haviam descolonizado mais tarde (Itália, Holanda) e outros que jamais tinham possuído quaisquer colónias (Alemanha, Canadá, Países Escandinavos) com a constituição de fundos e de organismos públicos vocacionados para a ajuda ao desenvolvimento.

Atitude curiosa nesta matéria foi a que a Europa de Leste (hoje em decomposição e desagregação enquanto componente do espaço socialista mundial) sempre tomou, nunca tendo encarado os apoios concedidos aos países em

desenvolvimento, de ideologia idêntica, como ajuda ao desenvolvimento, já que a sua interpretação do subdesenvolvimento considerava este fenómeno como uma consequência da mundialização do modo de produção capitalista, não tendo, portanto, qualquer responsabilidade no seu aparecimento e aprofundamento. Após o chamado primeiro choque petrolífero em 1974, a OPEP (graças aos substanciais ganhos com as receitas de petróleo) entra, também, no tabuleiro da ajuda, orientando-a de preferência e prioritariamente, para os países africanos não produtores de petróleo, para quem os custos do abalo provocado pela subida dos preços do crude foi mais difícil de suportar e de endogeneizar.

É nesta altura que surgem os diferentes fundos árabes de apoio ao desenvolvimento de África (Fundo Saudita, Fundo do Kwait, etc.) e se assiste à criação do BADEA (Banco Árabe para o Desenvolvimento de África). Estes esforços árabes de apoio financeiro à África não petrolífera decaíram bastante depois de 1980 com os reajustes, para baixo, nos preços de petróleo.

Esta um pouco da História da Ajuda e da Cooperação para o Desenvolvimento. Muitas ilusões - e sobretudo desilusões - a acompanharem-na desde que se iniciou o processo da sua concretização. Em particular em África.

Durante os anos 50 e 60 e de acordo com as teorias económicas então em voga (big-push de Nurske e Rostow), o fundamental para o take-off do crescimento era a acumulação de capital, donde a ajuda externa deveria funcionar como um importante complemento da exígua poupança interna. Juntar estas teorias à ideia da inexistência de infraestruturas nos países subdesenvolvidos foi imediato e daí nasceram as grandes (exageradas) obras de infraestruturas (portos, estradas, caminhos-de-ferro, etc.) das quais se esperavam efeitos de arrastamento sobre a agricultura e a indústria. Esta doutrina da ajuda foi largamente praticada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e pelo Banco Mundial.

Na África subsariana, no geral e no essencial, esta filosofia da Ajuda Externa arrastou mais decepções do que efeitos positivos. Durante o último quarto de século, esta parte do Mundo recebeu a ajuda por habitante mais elevada de todos os continentes assistidos, em torno dos 23 dólares por habitante. Esta ajuda financeira (directa ou traduzível em dinheiro), deveria ter provocado um mínimo de desenvolvimento sustentado, o que na realidade não aconteceu. Pelo contrário, apesar de mais exígua em termos unitários, a mesma ajuda engendrou efeitos espectaculares na Ásia. Em África, volumes crescentes de ajuda coincidiram, a partir de 1980, com uma crise económica e social profunda e com recuos evidentes nos índices de crescimento económico (muitos países africanos estão hoje mais pobres do que em 1960); manifestamente que a ajuda não provocou (e não tem provocado) nem arranque económico, nem desenvolvimento auto-sustentado. Daí que a partir dos anos 70 e perante a falência da filosofia do " *big-push* ", a ajuda se tenha orientado para a educação. Era necessário não só capital (físico e financeiro) mas, também, recursos humanos bem formados e capacitados para o rendibilizar. Investir na educação de base e na formação passou a ser a nova palavra de ordem.

No entanto, em África o desenvolvimento dos sistemas educativos traduziu-se, principalmente, no crescimento acelerado e desmesurado dos sectores públicos improdutivos ou pouco produtivos e muito pouco sobre o crescimento real da economia. Esqueceu-se do campo e do rural. Este esquecimento parece ter provocado um rebote de consciência, pelo que nos finais de 70 e inícios de 80, a nova moda da ajuda era a prioridade às necessidades essenciais e à agricultura. É necessário ajudar os pobres a conseguirem condições de vida decentes, passou a ser a divisa! A partir dos anos 80, a prioridade à agricultura passou a ser doutrina dominante: não há desenvolvimento

efectivo sem aumento da produtividade económica, donde a ajuda ter de ser orientada em primeiríssima mão para este tipo de acções.

Apesar de tantas e tão variadas receitas, os anos 80 vieram, uma vez mais, demonstrar que a eficácia da ajuda é palavra que não existe nos dicionários do crescimento económico de África. Assim sendo, é legítima a dúvida: uma ajuda externa eficaz é possível na África subsariana, mais de 50 anos depois de vários ensaios? É que, nesta parte do nosso continente, a ajuda externa tem servido, sobretudo, para se edificar uma sociedade só na aparência moderna: infraestruturas de transportes, sociais (escolas, universidades, hospitais), administrativas e em alguns (poucos) casos, indústrias. Mas tudo isto segundo um modelo e padrões ocidentais, na base da grande intensidade de capital. Poucos ou nenhuns efeitos teve sobre as sociedades tradicionais rurais, cuja produtividade estagnou ou mesmo decresceu! A minimização dos factores culturais e a falta de conhecimento (ou mesmo ignorância) sobre os reais mecanismos de funcionamento das sociedades rurais tradicionais de África explicam como a ajuda contribuiu para megalomanizar as capitais, criando mastodontes que hoje representam custos de funcionamento insuportáveis para os orçamentos nacionais. A ajuda não contribuiu para fazer crescer a parte produtiva das economias, tendo, pelo contrário, provocado um desenvolvimento acentuado da sua parte improdutivo, com os pesados custos inerentes. Até a ajuda alimentar tem tido efeitos perversos, porque mal orientada: contribuiu para deprimir os preços agrícolas internos e tem possibilitado que os dirigentes africanos fujam à aplicação de políticas agrícolas de defesa do sector em nome dos interesses das suas clientelas urbanas.

Hoje começa a falar-se da cooperação empresarial. Daqui a mais alguns anos se fará, também, a sua história. A história de uma cooperação entre quem tem capital e quem não tem, entre quem tem tecnologia e quem não tem, entre quem domina os mercados internacionais e quem se limita a uma atitude passiva.

Afinal, parece que, face ao cenário descrito, ninguém sabe realmente o que se quer da ajuda externa. Esta ajuda, ajuda mais quem a recebe ou quem a dá? O que seria hoje a África sem ajuda? Jacques de Bandt, num estudo brilhante, salvo erro em 1983, demonstrou que, no caso da França, pelo menos 80% da ajuda francesa regressava às origens!

Luanda, 20 de Outubro de 2009.